

UNIVERSIDADES

**MIGUEL COPETTO**

Professor do ensino superior privado

Portugal, a Ota e o país que queremos ser

Apenas cerca de 12,5% da população activa possui um grau do Ensino Superior, quando a média nos países da OCDE é de não é - pasme-se - assunto para debate alargado.

Pelos estudos já mandados efectuar pelos diversos governos, sabe-se que o actual aeroporto da Portela não terá a capacidade logística necessária para, em 2017, receber todo o previsível tráfego aéreo destinado à zona de Lisboa. A escolha do local onde irá ser construído o novo aeroporto tem sido, nos últimos anos, um dos assuntos com debate mais alargado. Tem lugar cativo nos telejornais desde 1999, semanalmente são publicados artigos de opinião sobre o assunto, os dois últimos Presidentes da República pronunciaram-se diversas vezes sobre o assunto e os partidos políticos têm promovido múltiplos debates e conferências sobre o tema, nestes últimos sete anos.

Politicamente, que se conheça, a construção de um novo aeroporto e a reforma da segurança social constituem os únicos objectivos estratégicos nacionais que ultrapassam o tempo de uma legislatura. A história recente permite-nos ver que existe um problema sério de mentalidade aos mais diversos níveis. Na verdade, Portugal, só perante situações extremas, de catástrofe anunciada ou iminente colapso, é

que consegue unir-se e atribuir desígnio nacional a determinada causa ou assunto. Será que não devemos, primeiro, definir que país queremos ser em 2017, nos mais diversos sectores? Creio, sinceramente, que a ausência de debate sobre esta matéria espelha o amorfismo político-estratégico em que nos encontramos como nação.

O conhecimento é a mais-valia que um país tem para poder aspirar a competir com sucesso num mundo globalizado. A educação, o nível de ensino e de escolarização da população, permitem, pela valorização do capital humano, o crescimento socioeconómico de forma sustentada. Assim sendo, importará atentar em algumas realidades esclarecedoras sobre o estádio educativo em que se encontra Portugal:

i) Mais de metade dos alunos que entram no primeiro ciclo do Ensino Básico não chegam ao fim do Secundário, por motivos de abandono e insucesso escolar;

ii) Só cerca de 20% dos alunos com 18 anos ingressam no Ensino Superior;

iii) A taxa de insucesso escolar no Ensino Superior ronda os 50%;

iv) Apenas cerca de 12,5% da população activa (25 - 64 anos) possui um grau do Ensino Superior, quando a média nos países da OCDE é de 25,2%.

Esta realidade desastrosa, que nos remete para o topo do ranking mundial dos países pior classificados em matéria de educação, não é - pasme-se - assunto para debate alar-

gado. Nem, muito menos, objecto de qualquer estratégia a longo prazo, tendo em vista a sua superação. É verdade que têm sido tomadas medidas, mas nenhuma com visão estratégica e objectivos definidos para se projectar Portugal em 2017, apesar do esta-

A continuarmos assim poderemos imaginar que em 2017, Portugal terá um novo e moderno aeroporto e que a maior parte dos portugueses que lá trabalharem se dedicam ao transporte de bagagens e de táxis.

Já a gestão do aeroporto e das empresas à sua volta será detida e gerida por capital estrangeiro. É esse o país que pretendemos ser?

do de emergência em que nos encontramos.

Em Portugal, o último documento com vestígios de visão estratégica neste carenciado sector foi assinado por um Ministro da Educação em 1996. À data, não foi dada qualquer sequência ao denominado "Pacto Educativo para o futuro" e hoje, quando se processa uma profunda reforma no Ensino Superior, desconhecem-se os objectivos estratégicos a que pretendemos chegar.

As estratégias, para terem sentido, são definidas em função de objectivos concretos, a médio e/ou longo prazo. Ora, para além da necessidade de um novo aeroporto em 2017 e do colapso da segurança social serem dados adquiridos se, entretanto, não forem tomadas medidas correctivas, conhece-se mais algum objectivo estratégico nacional? O que não impede que todos os dias não sejamos bombardeados pelos media com "novas estratégias", "medidas de fundo" e "reformas" nas mais diversas áreas.

A continuarmos assim poderemos imaginar que em 2017, Portugal terá um novo e moderno aeroporto e que a maior parte dos portugueses que lá trabalharem se dedicam ao transporte de bagagens e de táxis, por entre uma série de outros serviços de apoio que não necessitam de profissionais com habilitações literárias de nível superior. Já a gestão do aeroporto e das empresas que não-de gravitar à sua volta será detida e gerida por capital estrangeiro. É esse o país que pretendemos ser? ■

JOÃO RABAÇA

Professor universitário

A Universidade no seu labirinto

Nas universidades públicas é consensual a necessidade de mudança de paradigmas no ensino, na gestão, na articulação com a produção de conhecimento e no posicionamento face ao exterior.

Em 2 de Fevereiro último, "The Times Higher Education Supplement" publicava uma oferta de emprego da Universidade de Aarhus (Dinamarca), instituição classificada em 126.º lugar no top200 das melhores Universidades do mundo em 2006. Começava assim o texto: "The University of Aarhus is looking for a visionary pro-rector [for Academic Affairs], willing and able to set an agenda for, and contribute to, the University's development." Porquê este anúncio? Porque "The University of Aarhus aims to be one of the most attractive research and educational environments in Europe". Vi nesta oferta de emprego dois aspectos interessantes: a posição categórica da instituição sobre o que quer ser no contexto europeu e a disposição de procurar no exterior alguém cujo perfil, competência e rede de conhecimentos se possam adequar à função de Pró-Reitor dos Assuntos Académicos. A realidade das Universidades Portuguesas (UP) não é igual à das suas congéneres daquele país. Portugal também não é a Dinamarca. Mas tal não significa que não possamos reflectir sobre a atitude. A Universidade de Aarhus compete por padrões de excelência

internacional. As UP procuram sobreviver e apostar na internacionalização. Convinhamos que não é tarefa fácil.

Para quem ainda se lembra, o programa "Prós & Contras" emitido em 27 de Novembro último evidenciou o afã reformista do Governo e as angústias da Academia. Se o carácter de quase estrela mediática assentou bem ao Prof. Mariano Gago mercê de intervenções convincentes, a imagem das UP retida pelo cidadão comum não terá sido a mais favorável. Foi pena, porque é injusto e de certo modo perverso, apesar dos esforços louváveis (mas únicos) do Prof. Sampaio Nóvoa (Reitor da Universidade Clássica de Lisboa) e do Prof. Adriano Moreira, cuja lucidez e modernidade de análise merecem um reconfortante registo.

Nas UP é consensual a necessidade de mudança de paradigmas no ensino, na gestão, na articulação com a produção de conhecimento e no posicionamento face ao exterior. Durante demasiado tempo as UP (exprimo uma generalização, embora seja essencial referir que sempre existiram excepções) mantiveram um modus operandi desajustado das modificações na sociedade. Como que inevitavelmente, velhos hábitos viraram vícios, marcos importantes bandeiras eternas e sempre que algo não acontecia como desejável, o sinal lusitano da "culpa alheia" justificava o imobilismo. Todavia, não é justo imputar às UP a responsabilidade total pela situação. Durante o mesmo tempo, fosse por omissão ou por inabilidade, su-

cessivos governos potenciaram o "state of the art" não obstante medidas de carácter mais ou circunstancial.

No quadro actual das UP, a reformulação dos seus paradigmas exige um esforço de unidade nacional porque o desenvolvimento da sociedade não pode ser sustentável sem um Ensino Superior de qualidade, competi-

Nas universidades públicas é consensual a necessidade de mudança de paradigmas no ensino, na gestão, na articulação com a produção de conhecimento e no posicionamento face ao exterior.

Tal como na Dinamarca, também precisamos de visão estratégica. Nas Universidades e no Governo.

vo, e voltado para o exterior onde deverá promover a divulgação do saber e procurar fontes complementares de receita. Sabem-no as UP e sabe-o também o Governo cuja postura reformista é conceptualmente louvável. Porém, não é razoável que as transformações subjacentes sejam norteadas por uma lógica economicista, onde o mero exercício contabilístico parece ditar as regras do jogo. Bem pode o Prof. Mariano Gago acenar com os milhões destinados à Ciência. São louváveis, necessários e só pecam por tardios. Mas é essencial não esquecer que as nobres funções da Universidade não se esgotam na produção do conhecimento, todavia indispensável. Outrora ter-se-á pecado por defeito. Hoje, é imperioso articular as diversas valências e competências das Escolas de Ensino Superior.

A procura e definição de novos públicos, a agilização das ofertas académicas e a criação de novos produtos como cursos breves de especialização, o reconhecimento de que um ensino superior de qualidade é indispensável de uma produção científica e académica sancionada pelos pares, a consistente aposta na divulgação e difusão de uma cultura científica, são alguns dos desafios que se colocam às UP na actualidade. Da excelência das respostas que forem capazes de produzir vai depender não só o seu futuro mas o quadro de desenvolvimento de toda a sociedade. Tal como na Dinamarca, também precisamos de visão estratégica. Nas Universidades e no Governo. ■